

**13 - 03 | 2026**

IMPACTO DA RECAPITALIZAÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO NO CRESCIMENTO ECONÓMICO DE MOÇAMBIQUE: ANÁLISE COMPARATIVA E CORRELACIONAL DE INDICADORES BANCÁRIOS: O CASO DO MOZA BANCO (2014-2020)

Impact of the recapitalization of the banking system on Mozambique's economic growth: a comparative and correlational analysis of banking indicators: the case of Moza Banco (2014-2020)

Impacto de la recapitalización del sistema bancario en el crecimiento económico de Mozambique: un análisis comparativo y correlacional de los indicadores bancarios: el caso de Moza Banco (2014-2020)

Migueias Adriano¹ | Elvis Miambo²

¹Doutor em Gestão de Empresas, Moçambique, Docente na Universidade Pedagógica de Maputo código ORCID: 0009-0008-7337-5600, migueiasdeadriano@gmail.com.

²Mestre em Gestão de Empresas, Licenciado em Economia. Docente na Universidade Pedagógica de Maputo - Moçambique.

Autor para correspondência: migueiasdeadriano@gmail.com

Data de receção: 28-02-2026

Data de aceitação: 01-03-2026

Data da Publicação: 13-03-2026

Como citar este artigo: Migueias, A. e Elvis, M. (2026). *Impacto da recapitalização do sistema bancário no crescimento económico de Moçambique: análise comparativa e correlacional de indicadores bancários: o caso do Moza Banco (2014-2020)*. ALBA – ISFIC Research and Science Journal, 1(11), pp. 333-206. <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/15>

RESUMO

Este artigo investiga o impacto da recapitalização bancária no crescimento económico de Moçambique, o caso paradigmático do Moza Banco no período de 2014 a 2020. O estudo enfrenta o desafio metodológico de uma série temporal curta (n = 7 anos), o que inviabiliza o uso de técnicas econométricas convencionais. Em resposta, adota uma estratégia robusta de triangulação metodológica, que combina uma análise descritiva avançada, um tipo de pesquisa quase experimental comparativo *pré-pós* e uma análise de correlação exploratória multivariada. Esta abordagem assegurou a validade inferencial

e a transparência analítica, dando prioridade à adequação metodológica em detrimento de uma sofisticação estatística excessiva. A investigação baseia-se em dados secundários oficiais, onde operacionalizou variáveis microprudenciais (Capital Principal de Nível 1, Capital de Nível 1, Índice de Solvência do Moza Banco), variável macroeconómica (Taxa de Crescimento do PIB), variável do sistema financeiro (Crédito ao Sector Privado/%PIB) e variáveis da estrutura de mercado (Índices Herfindahl-Hirschman). Os resultados revelam uma crise aguda em 2016, caracterizada pela insolvência técnica do Moza Banco (índice de solvabilidade próximo de -

Migueias, A. & Elves, M. (2026). *Impacto da recapitalização do sistema bancário no crescimento económico de Moçambique: análise comparativa e correlacional de indicadores bancários: o caso do Moza Banco (2014-2020)*

100%) e por uma recessão económica concomitante. A análise comparativa demonstra que a recapitalização (2016/2017) teve um impacto microprudencial directo, imediato e muito forte. Os indicadores de capital e solvabilidade do banco apresentaram uma recuperação em “V”, passando de níveis de falência para níveis de solidez robustos no período pós-intervenção. Simultaneamente, os índices de concentração de depósitos, que tinham aumentado drasticamente durante a crise, sinalizando uma “procura de segurança”, iniciaram um processo de normalização, indicando a restauração da confiança e a eficácia da intervenção no controlo do contágio sistémico.

Palavras-chave: Recapitalização Bancária, Crescimento Económico, Moçambique e Estabilidade Financeira.

ABSTRACT

This article investigates the impact of bank recapitalization on Mozambique's economic growth, using Moza Banco as a paradigmatic case during the 2014–2020 period. The study confronts the methodological challenge of a short time series (n=7 years), which precludes the use of conventional econometric techniques. In response, it adopts a robust methodological triangulation strategy, combining advanced descriptive analysis, a quasi-experimental pre-post comparative research design, and exploratory multivariate correlation analysis. This approach ensured inferential validity and analytical transparency, prioritizing methodological appropriateness over inadequate statistical sophistication. The research draws on official secondary data, operationalizing microprudential variables (Moza Banco's Tier 1 Capital, Total Tier 1 Capital, Solvency Ratio), a macroeconomic variable (GDP Growth Rate), a financial system variable (Private Sector Credit/GDP), and market structure variables (Herfindahl-Hirschman Indices). The findings reveal an acute crisis in 2016, characterized by Moza Banco's technical insolvency (solvency ratio close to -100%) and a concomitant

economic recession. Comparative analysis demonstrates that the recapitalization (2016/2017) had a direct, immediate, and pronounced microprudential impact. The bank's capital and solvency indicators exhibited a V-shaped recovery, moving from near-failure levels to robust soundness in the post-intervention period. Simultaneously, deposit concentration indices, which had risen sharply during the crisis, signaling a “flight to safety”, began to normalize, indicating restored confidence and the intervention's effectiveness in containing systemic contagion.

Keywords: Bank Recapitalization, Economic Growth, Mozambique, and Financial Stability.

RESUMEN

Este artículo investiga el impacto de la recapitalización bancaria en el crecimiento económico de Mozambique, a partir del caso paradigmático de Moza Banco en el periodo 2014-2020. El estudio se enfrenta al reto metodológico de una serie temporal corta (n=7 años), lo que imposibilita el uso de técnicas econométricas convencionales. En respuesta, adopta una sólida estrategia de triangulación metodológica que combina un análisis descriptivo avanzado, un diseño de investigación cuasiexperimental comparativo pre-post y un análisis de correlación exploratoria multivariante. Este enfoque garantiza la validez inferencial y la transparencia analítica, priorizando la adecuación metodológica frente a la sofisticación estadística inapropiada. La investigación se basa en datos secundarios oficiales, en los que se operacionalizaron variables microprudenciales (Capital Tier 1, Índice de Solvencia de Moza Banco), variables macroeconómicas (Tasa de Crecimiento del PIB), variables del sistema financiero (Crédito del Sector Privado/% del PIB) y variables de estructura de mercado (Índices de Herfindahl-Hirschman). Los resultados revelan una grave crisis en 2016, caracterizada por la insolvencia técnica de Moza Banco (índice de solvencia cercano al -100%) y una recesión económica concomitante. El análisis comparativo



demuestra que la recapitalización (2016/2017) tuvo un impacto microprudencial directo, inmediato y muy significativo. Los indicadores de capital y solvencia del banco mostraron una recuperación en forma de "V", pasando de niveles de quiebra a niveles de solidez financiera en el periodo posterior a la intervención. Simultáneamente, los índices de concentración de depósitos, que habían aumentado drásticamente durante la crisis, lo que señalaba una "búsqueda de seguridad", iniciaron un proceso de normalización, lo que indica la recuperación de la confianza y la eficacia de la intervención para controlar el contagio sistémico.

Palabras clave: Recapitalización bancaria, Crecimiento económico, Mozambique, Estabilidad financiera

1. INTRODUÇÃO

A escolha da recapitalização como instrumento de resolução bancária continua a ser um tema de intenso debate na literatura económica e financeira contemporânea. Por um lado, os teóricos da estabilidade financeira defendem, com base nos modelos de Diamond e Dybvig (1983), expandidos pela literatura moderna, que a restauração dos níveis de capital é essencial para conter o contágio e restaurar a confiança, prevenindo corridas bancárias que podem se espalhar por todo o sistema (Freixas & Rochet, 2008; Goldstein & Pauzner, 2005). Esta abordagem ganhou novo vigor após a crise financeira mundial de 2007-2008, com o desenvolvimento dos quadros regulamentares de Basileia III, que enfatizam a necessidade de capital de elevada qualidade para absorver perdas (BCBS, 2017). Por outro lado, uma corrente crítica robusta, liderada por Admati e Hellwig (2013), alerta para os perigos dos “resgates” (*bailouts*), que podem criar riscos morais significativos, premiando gestões inadequadas, socializando perdas com o contribuinte, e distorcendo a disciplina de

mercado, sem garantir uma melhoria efectiva na alocação de crédito à economia real. Este debate teórico permanece particularmente pertinente em ambientes institucionais como o moçambicano (Arcand et al., 2015), onde a governação corporativa, a supervisão regulatória e os mecanismos de accountability podem apresentar fragilidades estruturais (Laeven, 2013).

A evidência empírica internacional sobre o impacto macroeconómico das recapitalizações é marcadamente ambígua e sensível ao contexto, o que reforça a relevância de uma análise contextualizada. Estudos em economias avançadas, como a análise de Brei et al. (2020) para os países da OCDE, sugerem que injeções de capital com elevada capacidade de absorção de perdas podem ser eficazes para estabilizar os balanços bancários e sustentar a actividade creditícia durante crises sistémicas. Contudo, as evidências de mercados emergentes e em desenvolvimento pintam um quadro mais complexo e, frequentemente, menos optimista. Na Índia, por exemplo, Ghosh (2022) evidenciou que um programa massivo de recapitalização de bancos públicos entre 2015 e 2021 melhorou os indicadores de capitalização, mas, paradoxalmente, coincidiu com uma desaceleração persistente no crescimento do crédito agregado, um fenómeno atribuído ao aumento da aversão ao risco (*risk aversion*) e à priorização da desalavancagem (*deleveraging*) por parte dos bancos recapitalizados, num contexto de deterioração da qualidade dos activos.

No contexto dos países africanos, os resultados são igualmente mistos e contingentes. Um estudo de Allen et al. (2021) sobre intervenções bancárias em

Migueias, A. & Elves, M. (2026). *Impacto da recapitalização do sistema bancário no crescimento económico de Moçambique: análise comparativa e correlacional de indicadores bancários: o caso do Moza Banco (2014-2020)* múltiplos países da África Subsaariana encontrou que as recapitalizações mandatadas por reguladores estavam positivamente correlacionadas com reduções no custo do funding e ganhos de confiança de curto prazo. No entanto, a tradução destes ganhos de confiança em crescimento económico tangível e sustentado permanece uma questão em aberto, frequentemente mediada pela qualidade das instituições e pelo ambiente macroeconómico envolvente. A lacuna de investigação no contexto específico de Moçambique é particularmente notória e constitui a principal motivação deste estudo. Enquanto relatórios institucionais e análises qualitativas têm documentado a evolução do sector bancário, existe uma escassez acentuada de pesquisas aplicadas que simule com rigor o impacto causal de intervenções específicas de política prudencial, como a recapitalização do Moza Banco (Castigo & Chambal, 2019). O sistema financeiro moçambicano, característico de muitas economias em desenvolvimento, apresenta uma elevada dependência do sector bancário para a intermediação financeira e a alocação de crédito à economia real (Beck & Cull, 2020), funcionando como o principal canal de transmissão da política monetária e de financiamento do sector privado (Čihák & Sahay, 2020). Após um período de estabilização pós-conflito, Moçambique implementou reformas estruturais que permitiram um crescimento e um aprofundamento notáveis do sector financeiro, embora partindo de uma base comparativamente pequena em relação aos seus pares regionais (Banco de Moçambique, 2021). Contudo, a resiliência deste sistema foi severamente testada a partir de 2016, quando a revelação de dívidas públicas ocultas e as subsequentes crises macroeconómicas expuseram vulnerabilidades latentes na estrutura financeira nacional (Jones et al., 2021). Este ambiente fomentou crises de confiança e pressões de liquidez, evidenciando a fragilidade do capital de várias instituições bancárias e a necessidade urgente de intervenções corretivas por parte do regulador prudencial (FMI, 2019).

2. PROBLEMÁTICA DA PESQUISA

A estabilidade do sector bancário é crucial para o desenvolvimento económico de qualquer nação, atuando como pilar do sistema de intermediação financeira que sustenta a actividade produtiva (Abaidoo & Agyapong, 2025). Em Moçambique, um país com desafios significativos de desenvolvimento, a robustez do sistema financeiro é particularmente relevante para o financiamento de investimentos produtivos e para o fomento do crescimento inclusivo (Gil-Alana et al., 2017). No entanto, a revelação de dívidas ocultas em 2016 e as subsequentes crises de confiança expuseram vulnerabilidades estruturais no sector bancário moçambicano, resultando na necessidade de intervenções de recapitalização de instituições financeiras sistemicamente importantes, como o Banco Moza (Intupo, 2023). Existe uma ambiguidade teórica e empírica quanto ao impacto real das operações de recapitalização bancária no crescimento económico em países em desenvolvimento (Hasman & Samartín, 2023; Shah, 2025). Embora a teoria financeira convencional postule que o reforço do capital bancário deve estimular o crédito e, consequentemente, o crescimento (Duygun et al., 2015), a evidência empírica de diferentes contextos nacionais revela resultados heterogéneos (Aslan et al., 2021).



A experiência moçambicana recente, particularmente a recapitalização do Banco Moza em 2017, oferece um caso paradigmático para examinar criticamente esta relação em condições institucionais específicas (Intupo, 2023). O Banco de Moçambique interveio com um plano de recapitalização de cerca de 8 mil milhões de meticais, uma das maiores operações deste tipo na história bancária do país (Intupo, 2023). Contudo, persistem questões fundamentais sobre a eficácia desta operação na reativação dos canais de transmissão monetária e no estímulo ao crescimento económico sustentado, especialmente num contexto de fragilidades institucionais e de dependência de financiamento externo (Intupo, 2023). A Figura 1 de Regiões de recapitalização, desenvolvida por Hasman e Samartín (2023), ilustra as condições sob as quais a recapitalização pode ser necessária, situando-se numa área do gráfico definida por determinados valores de risco e capital, realçando a complexidade das decisões de recapitalização.

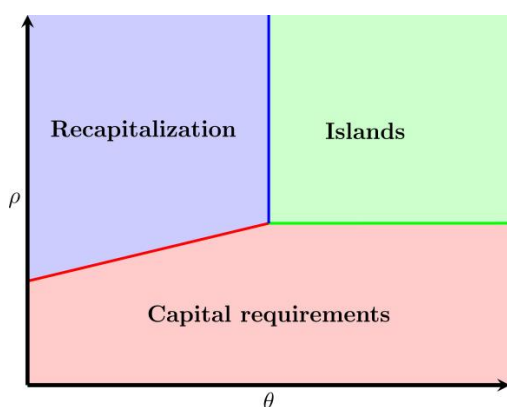


Figura 4. Regiões de recapitalização

Fonte: Hasman & Samartín (2023)

A complexidade desta problemática é agravada pelas características estruturais da economia do país. A dependência

significativa de capitais externos, a predominância de setores extrativos com efeitos de transbordo limitados para o resto da economia (Gil-Alana et al., 2017), e a reduzida profundidade financeira, configuram um ambiente singular onde os mecanismos convencionais de transmissão de políticas financeiras podem operar de forma diferente do previsto pela teoria convencional (Manasseh et al., 2024). Além disso, a elevada dolarização financeira, estimada em cerca de 60% dos empréstimos à economia, introduz camadas adicionais de complexidade na análise do impacto das políticas de recapitalização. Outra dimensão crítica reside nas potenciais assimetrias setoriais na distribuição dos efeitos da recapitalização. Estudos sobre a estrutura produtiva moçambicana, como os de Cunguara e Hanlon (2012), destacam a concentração do crédito bancário em grandes empresas e setores extrativos, com acesso limitado ao financiamento para pequenas e médias empresas (PME) e para setores intensivos em mão de obra (Gil-Alana et al., 2017; Louembé et al., 2023).

Embora estudos qualitativos e relatórios institucionais tenham descrito a evolução do setor bancário, há uma escassez acentuada de investigação econométrica robusta que quantifique o impacto causal da recapitalização do Banco Moza sobre o crescimento económico (Intupo, 2023). A maioria das análises existentes limita-se a correlações simples, sem analisar os mecanismos de transmissão subjacentes (Kumar, 2024). Nesse contexto, o presente artigo apresenta a seguinte pergunta de partida: **Qual foi o impacto da recapitalização do Moza Banco (2016/2017) na estabilidade financeira e no crescimento**

Migueias, A. & Elves, M. (2026). *Impacto da recapitalização do sistema bancário no crescimento económico de Moçambique: análise comparativa e correlacional de indicadores bancários: o caso do Moza Banco (2014-2020)*

económico de Moçambique, no período de 2014 a 2020, e através de que mecanismos (canais microprudenciais, sistémicos e macroeconómicos) esse impacto se manifestou?

3. REVISÃO DE LITERATURA

A relação entre recapitalização bancária e crescimento económico constitui um domínio de investigação particularmente complexo na economia financeira, caracterizado por resultados empíricos ambíguos e significativa contingência contextual. Este capítulo realiza uma análise sistemática e crítica da literatura empírica global sobre esta temática, com um triplo objectivo: primeiro, examinar o consenso e dissenso metodológicos na quantificação destes efeitos; segundo, analisar a natureza contingente dos resultados em função de especificidades institucionais e estruturais; terceiro, identificar lacunas epistemológicas e metodológicas que justifiquem a abordagem ARDL proposta neste artigo. A revisão organiza-se sequencialmente, iniciando pela evidência em economias desenvolvidas, prosseguindo para economias emergentes e, finalmente, focando no contexto africano e moçambicano, criando, assim, um arcabouço teórico-empírico robusto para a investigação proposta.

Na Nigéria, Dikko et al. (2021) concluíram que os resultados da modelagem de equações estruturais (SEM) indicaram que a recapitalização bancária está positivamente relacionada ao desempenho bancário. Outro estudo também da Nigéria (1980-2009), utilizando regressões múltiplas para analisar dados sobre variáveis (tais como ativos de depósitos monetários, estrutura financeira, taxa de empréstimo, capital de mercado, produto interno bruto real, taxa de juros,

inflação e taxa de câmbio), Usman & Adejare (2013) argumentam que o mercado de capitais impacta no crescimento económico por meio da capitalização de mercado e da reestruturação financeira, o que significa que são variáveis potentes, capazes de influenciar o crescimento económico. Em Gana, Kukura et al. (2024) concluíram que nem sempre a recapitalização se traduz num bom desempenho do banco e que não é apenas o capital que contribui para o bom desempenho dos bancos, postulando que, o exercício de recapitalização bancária tem uma relação significativa com os índices de rentabilidade pré e pós-recapitalização dos bancos selecionados.

Da mesma forma, na Nigéria, observou-se que o fraco desempenho gerencial e a má governança corporativa foram reconhecidos como principais responsáveis pelo distresse do sistema bancário do país, o que levou à reforma de recapitalização dos bancos em 2004 e, subsequentemente, à recapitalização dos bancos especializados em dezembro de 2007 (CBN, 2010; Sanusi, 2010; Acha, 2012). As repercussões da reforma de recapitalização do setor bancário na Nigéria resultaram na implementação de várias estratégias, com muitos bancos a envolverem-se em fusões e aquisições e no mercado de capitais (emissões de ações) (Izuchukwu et al., 2014).

Usman & Adejare (2013) argumentam que, para melhorar a capitalização de mercado na Nigéria, os investidores estrangeiros devem ser incentivados a participar do mercado de capitais, e as agências governamentais responsáveis devem ser chamadas a restaurar a confiança, garantindo transparência e



justiça nas transações comerciais e nas negociações na bolsa de valores.

Um estudo realizado em 21 bancos da Índia por Karthigeyan et al. (2022) concluiu que não há relação entre o tamanho da injeção e o desempenho dos bancos, bem como que esta injeção de capital ajudou os bancos a melhorar significativamente a estabilidade, a competitividade e a rentabilidade apenas quando os fundamentos destes forem sólidos, combinados com a implantação de novos fundos e com sua capacidade gerencial.

Na China Zhang et al. (2009) utilizando um painel de bancos chineses no período de 1997 a 2004, avaliaram o efeito da propriedade bancária no desempenho e concluíram os «Quatro Grandes» bancos comerciais estatais são menos rentáveis, menos eficientes e têm pior qualidade de ativos do que outros tipos de bancos, exceto os bancos «políticos» (efeito estático), bem como, os bancos que estão a passar por uma aquisição estrangeira ou abertura de capital registam melhor desempenho antes do evento (efeito de seleção); no entanto, constatamos pouca mudança no desempenho, tanto a curto como a longo prazo.

Fu e Heffernan (2009) investigaram a relação entre a estrutura de mercado e o desempenho do sistema bancário chinês entre 1985 e 2002 (utilizando técnicas de estimativa de dados em painel) e concluíram que, em média, a eficiência diminuiu significativamente e que a maioria dos bancos operava abaixo dos níveis de eficiência de escala. Eles afirmam que as reformas tiveram pouco impacto na estrutura do setor bancário da China, embora os bancos “de ações conjuntas” tenham se tornado relativamente mais eficientes.

Ainda na China, Okazaki (2017) argumenta que a reforma do sistema bancário chinês desde a adesão do país à Organização Mundial do Comércio tem obtido um sucesso notável na medida em que os principais bancos comerciais cotados em bolsa melhoraram significativamente o seu desempenho operacional apesar do crescimento económico ser mais lento e por isso, os bancos e as autoridades de supervisão devem continuar a envidar maiores esforços no sentido de uma reforma mais profunda, a fim de melhorar a governação corporativa dos bancos e o sistema de gestão de riscos.

No Japão, Daigo et al. (1999) argumentam que as seguintes medidas para aumentar o capital dos bancos foram implementadas entre dezembro de 1997 e março de 1998: (1) Os bancos puderam escolher o método de custo na avaliação de suas carteiras de ações. (2) Foi introduzida a reavaliação dos ativos imobiliários dos bancos aos valores de mercado vigentes. (3) Foram injetados fundos públicos no sistema bancário. Esta medida trouxe os seguintes impactos sobre os preços das ações: (1) O anúncio da introdução do método do custo na avaliação das carteiras de ações teve um efeito limitado sobre os preços das ações. (2) O anúncio da reavaliação dos ativos imobiliários teve um impacto relativamente forte nos preços das ações. (3) O objectivo da injeção de capital pelo governo pode ser interpretado pelos investidores em geral como uma tentativa de favorecer os bancos fracos, em vez de reforçar a base de capital dos bancos fortes.

Hoshi & Kashyap (2010) acrescentam que as políticas japonesas tiveram apenas um sucesso parcial na recapitalização dos bancos

Migueias, A. & Elves, M. (2026). *Impacto da recapitalização do sistema bancário no crescimento económico de Moçambique: análise comparativa e correlacional de indicadores bancários: o caso do Moza Banco (2014-2020)* até que a economia finalmente começou a se recuperar em 2003.

Ainda no Japão, Sawada et al. (2016) examinaram quantitativamente o efeito das injeções de capital do governo em bancos com dificuldades financeiras sobre o nível de investimento corporativo durante a crise bancária japonesa e concluíram que o montante total do investimento agregado em 1998 teria sido inferior em 1,84% se não tivesse havido injeção de capital em 1998, enquanto teria sido superior em 8,32% se a injeção de capital de 1999 (7,5 biliões de ienes) tivesse ocorrido em 1998, além da injeção de capital de 1998 (1,8 biliões de ienes).

No Brasil, Tecles & Tabak (2020) analisaram a eficiência do setor bancário no período pós-privatização, entre 2000 e 2007, e sugeriram que os grandes bancos são os mais eficientes em termos de custos e lucros, corroborando o processo de concentração observado nos últimos anos, e observaram um impacto positivo da capitalização sobre a eficiência. Encontraram duas situações, nomeadamente: (1) os bancos estrangeiros alcançaram um bom desempenho por meio do estabelecimento de novas afiliadas e da aquisição de bancos locais; e (2) os bancos públicos remanescentes tiveram melhorias na eficiência de custos, mas são relativamente ineficientes em termos de lucros.

Hoshi & Kashyap (2010) argumentaram que, durante a crise financeira iniciada em 2007, o governo dos EUA utilizou uma variedade de instrumentos para tentar reabilitar o setor bancário americano. Muitas dessas estratégias também foram utilizadas no Japão para combater os seus problemas bancários na

década de 1990. Há também um número surpreendente de semelhanças entre a atual crise dos EUA e a recente crise japonesa.

Liu et al. (2013) compararam a situação financeira dos bancos dos EUA que receberam fundos do TARP com a dos bancos problemáticos do Programa de Compra de Capital (CPP). O resultado do estudo revela que os bancos que estão a recuperar da crise melhoraram a sua situação financeira mais do que os que não estão a recuperar. Além disso, o estudo sugere que as restrições aos pagamentos aos CEOs aumentaram a probabilidade de reembolso. Bayazitova e Shivdasani (2012) também revelam que as restrições aos pagamentos aos executivos encorajaram os bancos a reembolsar os fundos do TARP. As conclusões do estudo afirmam que o programa de alívio do TARP combate a crise e acelera a recuperação dos bancos em dificuldades. Além disso, a injeção de capital melhora a disciplina de mercado dos bancos em dificuldade.

O estudo de Breie et al. (2013) analisa o efeito dos pacotes de resgate na estabilização da oferta de empréstimos bancários durante o período de crise. Este estudo foca tanto em factores globais quanto em fatores locais no contexto da recapitalização bancária. O principal resultado sugere que os bancos que já possuem força de capital utilizam a injeção de capital para conceder mais empréstimos, o que aumenta o volume de empréstimos bancários. Por outro lado, os bancos subcapitalizados podem não utilizar ou transferir a injeção de capital para empréstimos adicionais. Aqui, os bancos subcapitalizados usam isso para cumprir o requisito de capital regulatório. O estudo também sugere que os pacotes de resgate



funcionam uma vez que o balanço do banco está limpo de ativos problemáticos.

Black e Hazelwood (2013) analisam o efeito do TARP sobre o comportamento de tomada de risco dos bancos. Os resultados indicam que a classificação média de risco dos grandes bancos beneficiários do TARP é mais alta quando comparada com a dos grandes bancos não beneficiários do TARP em termos de originação de empréstimos. Além disso, os grandes bancos que receberam capital utilizaram esse capital para conceder mais empréstimos, o que também pode aumentar o risco de crédito, mas não é o caso dos bancos pequenos, uma vez que estes utilizam a infusão de capital para fortalecer ainda mais o capital dos bancos.

No geral, os resultados sugerem que a originação de empréstimos durante a crise aumenta o risco de redução adicional na qualidade dos ativos dos grandes bancos do TARP, mas, inversamente, reduz os empréstimos comerciais e industriais pendentes em comparação com os bancos não beneficiários do TARP. Assim, o estudo sugere que a expansão do crédito durante períodos de crise eleva a qualidade dos ativos e reduz o risco.

Montgomery e Shimizutani (2009) compararam a política bancária à prática de recapitalização nos bancos japoneses. Os resultados do estudo revelam que a primeira ronda de injeções de capital em 1997 teve um efeito no aumento das razões de capital nos bancos com actividades internacionais, mas nenhum efeito nos bancos domésticos. Em 1998, a segunda ronda de injeções foi eficaz não apenas em aumentar as razões de capital dos bancos internacionais e domésticos, mas

também em impactar significativamente outros objectivos de política. O estudo revela ainda a diferença entre as duas injeções. A primeira injeção não tem critérios de seleção para os bancos beneficiários, portanto, não tem muito impacto. Mas a segunda injeção de capital é grande, e há um critério de seleção para os bancos, de acordo com as suas condições financeiras individuais.

Girón et al. (2019) analisaram como a concentração bancária e a reorganização financeira ocorreram durante o período pós-crise na Grécia, Portugal e Espanha, destacando a continuidade de três tendências preocupantes relacionadas à estabilidade financeira: um aumento no volume de ativos bancários, centralização de capital e menor rentabilidade média das actividades bancárias.

Em outubro de 2012, foram publicados os resultados de um painel de especialistas – o Relatório Liikanen – e as propostas de reforma estrutural do setor bancário da UEM que ele apresenta são bastante interessantes (Liikanen, 2012). No caso europeu, foi proposto um aumento dos requisitos de capital, bem como a revisão da natureza das operações e a separação da responsabilidade jurídica entre as actividades típicas de investimento e as actividades bancárias comerciais (Girón et al., 2019). Nesse sentido, é igualmente importante mencionar que, no âmbito do BCE, foi criado um mecanismo específico de supervisão bancária (BCE, 2014).

Girón et al. (2019) argumentam que embora as medidas tomadas até agora representem um claro passo em frente em relação ao discurso oficial predominante da Comissão

Migueias, A. & Elves, M. (2026). *Impacto da recapitalização do sistema bancário no crescimento económico de Moçambique: análise comparativa e correlacional de indicadores bancários: o caso do Moza Banco (2014-2020)*

Europeia antes da crise, ainda se podem encontrar pontos focais preocupantes de instabilidade, repletos de continuidades com as tendências da actividade bancária anteriormente mencionadas, tais como: (i) um agravamento dos processos de concentração e centralização do capital; (ii) um aumento do poder de mercado dos grandes grupos financeiros; e (iii) a influência contínua dos lobbies bancários sobre os agentes políticos.

Em Portugal, a necessidade de mais 1,4 mil milhões de euros no Novo Banco, decorrente dos testes de ‘stress’ realizados pelo Banco Central Europeu, poderá ter impacto nos bancos que participam no Fundo de Resolução, apesar de o Banco de Portugal considerar essa possibilidade “remota”¹². De acordo com os analistas citados pela agência Lusa (2015) são unânimes em considerar que existe um risco de os bancos que participam no Fundo de Resolução, acionista do Novo Banco, terem de assumir novas responsabilidades, não através de um possível aumento de capital para suprir os 1,4 mil milhões de euros, mas através de uma maior diferença entre os 4,9 mil milhões de euros colocados pelo fundo no banco liderado por *Stock* da Cunha e o valor de uma futura venda. João Pereira Leite, diretor de investimentos do Banco Carregosa, refere que esta situação “traz alguma pressão para o sistema financeiro português” e “não é uma boa notícia”.

Apesar de “a contribuição dos bancos para o Fundo de Resolução ser constante e não aumentar em função das necessidades do Novo Banco”, João Pereira Leite está

preocupado com o que resultará da venda. Por exemplo, “O Banco de Portugal vai querer comportar as necessidades de capital com a entrada de um novo acionista, alterando as condições anteriores, uma vez que o novo ou os novos acionistas não terão de comprar 100% do banco”, mas, por outro lado, os compradores interessados vão descontar o esforço financeiro para dar solidez ao Novo Banco.

4. METODOLOGIA

Autores como Banerjee e Duflo (2011) enfatizam que a investigação rigorosa em contextos com grandes limitações de dados exige, acima de tudo, honestidade intelectual e criatividade metodológica. Valoriza-se mais a escolha criteriosa de ferramentas cujos pressupostos são respeitados pelos dados disponíveis do que a aplicação forçada de modelos complexos. A abordagem aqui adotada, portanto, não é um plano B de menor valor, mas um plano A construído com rigor, transparência e profundo respeito pelos limites inferenciais dos dados. Através da convergência de evidências provenientes destas três fontes independentes, aspira-se a produzir conclusões não apenas estatisticamente defensáveis, mas também substantivamente informativas sobre a complexa dinâmica entre a recapitalização bancária e o crescimento económico em Moçambique.

Como alternativa robusta, estruturou-se uma estratégia de triangulação metodológica (Denzin, 1978; Jick, 1979). A triangulação, neste contexto, não é uma simples justaposição de técnicas, mas uma integração

¹² Falência do Novo Banco Português, Disponível em: <https://zap.aeiou.pt/novo-banco-prejuizos-historicos-197089> acessado aos 17 de Maio de 2022



sinérgica de diferentes abordagens para examinar o mesmo fenómeno, de modo a superar as fraquezas inerentes a qualquer método isolado e a produzir uma compreensão mais completa e validada. Esta investigação assenta, portanto, em três pilares analíticos inter-relacionados e complementares:

- Análise Descritiva Avançada e Exploratória de Dados (EDA), que segue a tradição de Tukey (1977), para caracterizar minuciosamente o comportamento e a variabilidade das variáveis em estudo ao longo do tempo.
- Análise Comparativa Pré-Pós-Intervenção (ACPPI), inspirada nos trabalhos de Campbell e Stanley (1963) e Shadish et al. (2002), que permite mostrar tendências nas

variáveis de resultado antes e depois do evento de recapitalização.

- Análise de Correlação Exploratória, que, embora não estabeleça causalidade, permite mapear o tecido de associações entre todas as variáveis do estudo e gerar hipóteses substantivas, conforme defendido por Cohen et al. (2003) e Wasserstein et al. (2019). De natureza intrinsecamente exploratória e não causal (Cohen et al., 2003), a análise de correlação (Pearson e Spearman) e a sua visualização através de matrizes e mapas de calor (heatmaps) permitem identificar clusters de variáveis que se movem em conjunto, sugerindo potenciais canais de transmissão e gerando hipóteses para investigações futuras com dados mais abundantes.

Tabela 1. Operacionalização das variáveis da tese

Categoria Analítica	Variável	Definição	Fonte Primária	Finalidade na Análise
Solidez de Capital (Núcleo)	Tier I Core Capital	Capital regulamentar de máxima qualidade e capacidade de absorção de perdas: capital social integralizado, lucros retidos acumulados, e outros instrumentos definidos pelo regulador.	Relatórios & Contas do Moza Banco	Variável de tratamento principal. Mede o núcleo duro de capital próprio, diretamente afetado pela recapitalização.
Solidez de Capital (Alargado)	Tier I Capital	Capital principal, inclui o <i>Core Tier I</i> mais outros instrumentos de capital de qualidade superior (ex.: instrumentos híbridos perpetuais elegíveis).	Relatórios & Contas do Moza Banco	Avalia a capacidade total de capital de primeira linha, mais abrangente que o <i>Core</i> .
Adequação Prudencial (Banco)	Rácio de Solvabilidade (Moza Banco)	(Capital Próprio Total / Activos Ponderados pelo Risco - APR) * 100. Medida central da resiliência financeira face a perdas inesperadas.	Cálculo próprio com base nos balanços do Moza Banco e nos requisitos de ponderação de risco.	Variável de resultado chave. Avalia o cumprimento e a evolução do principal indicador de solvência após a intervenção.
Adequação Prudencial (Referência)	Rácio de Solvabilidade Mínimo (Regulador)	Requisito mínimo de solvabilidade estabelecido pelo Banco de Moçambique para o sistema bancário (exemplo: 12% durante o período).	Normas prudenciais e comunicados do Banco de Moçambique	Ponto de referência normativo. Serve como <i>benchmark</i> para avaliar o nível de adequação do banco.
Desempenho Macroeconómico	Taxa de Crescimento do PIB Real	Variação percentual anual do Produto Interno Bruto, a preços constantes (preços de um ano base), descontando o efeito da inflação.	Instituto Nacional de Estatística (INE) - Contas Nacionais	Proxy para o crescimento económico agregado, objeto final da análise de impacto.
Profundidade Financeira	Crédito Interno ao	Volume total de crédito concedido por	Boletins Estatísticos do	Variável do canal de transmissão. Mede a

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

a) Fragilidade latente à recuperação induzida por política (Tier I Core Capital e Tier I Capital)

De acordo com o gráfico abaixo, a análise da série temporal do Tier I Core Capital e do Tier I Capital revela uma narrativa clara de crise, intervenção e recuperação, oferecendo uma validação visual robusta para o desenho quase experimental do estudo. Uma Estabilidade Enganosa. Os níveis apresentados, embora baixos, sugerem uma operação no limite da adequação prudencial. Esta aparente estabilidade mascarava, muito provavelmente, uma acumulação de riscos não reconhecidos no balanço, como exposições a projetos de dívida pública de risco e deterioração da qualidade dos ativos. Esta fase é característica do período de exuberância irracional que precede muitas crises bancárias, em que a fragilidade se constrói sob a superfície de métricas ainda aceitáveis (Reinhart & Rogoff, 2009).

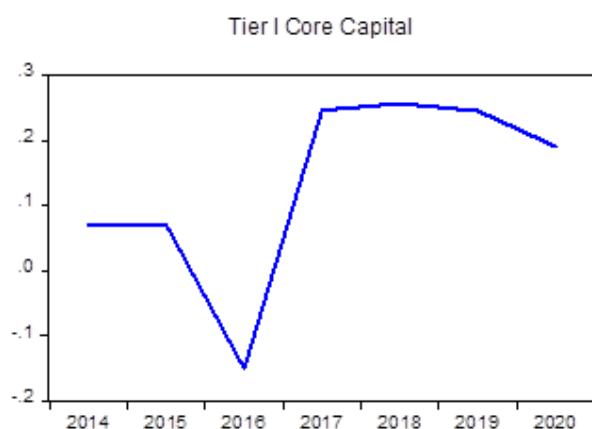


Gráfico 4. Capitalização (Tier I Core capital e Tier I capital)

A queda abrupta para níveis próximos de zero ou abaixo de zero constitui um sinal inequívoco de falência técnica (ponto de inflexão em 2016). Este colapso não foi um

evento idiossincrático, mas a materialização de riscos sistêmicos que afetaram todo o sistema financeiro moçambicano, nomeadamente a crise da dívida soberana revelada e a subsequente paralisia do financiamento externo. Como demonstrado por Čihák e Sahay (2020), choques macroeconómicos desta magnitude em economias dependentes de capital externo rapidamente se transformam em crises de balanço para os bancos, corroendo o seu capital base.

A recuperação “*em V*” a partir de 2017 é um artefacto direto da intervenção do regulador. A trajetória ascendente até 2019 ilustra o efeito imediato da injeção de capital, restaurando a capacidade de absorção de perdas. Contudo, a ligeira desaceleração ou estabilização em 2020 é reveladora. Ela sugere que, uma vez sanado o buraco patrimonial, o crescimento orgânico do capital (via retenção de lucros) permaneceu um desafio, possivelmente devido a margens de lucro comprimidas, a um volume elevado de activos improdutivos ou a um modelo de negócio ainda em reestruturação. Este padrão é consistente com estudos sobre recapitalizações pós-crise, que mostram que a resiliência de longo prazo depende mais da rentabilidade futura do banco do que da injeção única de capital (Brei et al., 2020).

b) Solvabilidade regulamentar versus realidade microprudencial

A análise comparativa dos rácios de solvabilidade do regulador e do Moza Banco, segundo o Gráfico 9, expõe uma das dinâmicas centrais da regulação financeira em contextos de desenvolvimento. A trajetória ascendente e estável do requisito mínimo, culminando em 12% a partir de



2018, reflete uma estratégia macroprudencial deliberada. Esta elevação pode ser interpretada como uma resposta do Banco de Moçambique aos choques sistémicos sofridos, visando construir um colchão de capital para todo o sistema. Enquadra-se no movimento global pós-crise financeira de 2008, que enfatizou a necessidade de buffers de capital anticíclicos e de alinhamento com Basileia III para mitigar riscos sistémicos (BCBS, 2017).

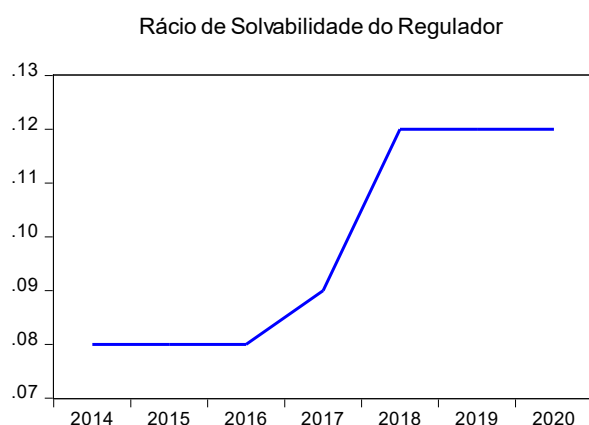


Gráfico 1. Rátios de solvabilidade (regulador vs Moza Banco)

De acordo com o Gráfico 9, o colapso de 2016 e a recuperação volátil posterior ilustram a desconexão entre a estabilidade regulatória agregada e a vulnerabilidade individual. O banco não apenas violou o requisito, mas também tornou-se profundamente insolvente. Esta divergência extrema apoia a tese de Acharya (2017) sobre a falácia da estabilidade agregada, segundo a qual a média do sistema pode parecer saudável enquanto bancos individuais, especialmente os de importância sistémica ou de interconexão crítica, acumulam riscos capazes de desencadear contágio. A volatilidade pós-recapitalização, inclusive com uma ligeira queda em 2020, indica que a simples correção do passivo (capital) não

resolve necessariamente os problemas do ativo (qualidade da carteira de crédito), o que mantém o banco sensível a choques.

c) Implicações para o crescimento económico

A relação entre a recapitalização e o crescimento económico é indireta e mediada por vários canais, cuja eficácia, no contexto moçambicano, é condicionada por fatores contextuais. A literatura indica que bancos recapitalizados tendem a expandir o crédito (Gambacorta & Shin, 2018). No entanto, esta expansão depende crucialmente da demanda por crédito solvente e da disposição do banco em assumir novos riscos.

Num ambiente pós-crise marcado por incerteza macroeconómica, fuga de capitais e deterioração da confiança dos agentes económicos, a oferta de crédito pode não encontrar procura robusta. Além disso, um banco em processo de clean-up do seu balanço pode adotar uma postura excessivamente conservadora na concessão de novos empréstimos, priorizando a desalavancagem em relação à expansão (Borio, 2014). Isto pode explicar a correlação negativa observada entre o crédito/PIB e o crescimento no período. O Canal da Confiança e a Prevenção de Danos Sistémicos. O principal impacto macroeconómico da recapitalização pode ter sido menos a promoção ativa do crescimento e mais a prevenção de uma contração ainda mais severa. Ao evitar o colapso desordenado do Moza Banco e um potencial run bancário generalizado, a intervenção preservou o sistema de pagamentos e impediu uma crise de confiança mais profunda. Esta função de *estabilização* ou de *prevenção de danos* é frequentemente subvalorizada nos modelos,

Migueias, A. & Elves, M. (2026). *Impacto da recapitalização do sistema bancário no crescimento económico de Moçambique: análise comparativa e correlacional de indicadores bancários: o caso do Moza Banco (2014-2020)* mas é central para compreender o papel das intervenções em momentos de crise aguda (Laeven & Valencia, 2020). O crescimento moderado observado no período pós-2017 pode, portanto, ser um resultado que, embora modesto, é superior ao cenário contrafactual de uma falência descontrolada.

Como salientam Claessens et al. (2018) e o FMI (2020), o sucesso macroeconómico das recapitalizações em mercados emergentes está intrinsecamente ligado a reformas complementares. A mera injeção de capital, sem uma limpeza rigorosa dos balanços, sem o fortalecimento da governança das instituições intervencionadas e sem um quadro macroeconómico credível, tem efeitos limitados e transitórios. A trajetória do Moza Banco sugere uma intervenção bem-sucedida na estabilização imediata, mas a sua eficácia como motor de crescimento permanece condicionada a estes fatores estruturais mais amplos.

a) O rácio de solvabilidade do Moza Banco (falência técnica e recuperação induzida)

De acordo com o Gráfico 5, a trajetória do rácio de solvabilidade do banco constitui um estudo de caso clássico de stress bancário agudo. A queda para território negativo em 2016 não representa apenas uma violação regulatória, mas um estado de insolvência técnica plena, em que o valor de mercado dos passivos excede o dos ativos, anulando o património líquido. Este fenómeno, descrito por Gorton & Metrick (2012) como um *ponto de não retorno* nos balanços bancários, geralmente resulta da materialização súbita e simultânea de riscos previamente ocultos ou subestimados. No contexto moçambicano, este evento não foi idiossincrático, foi a culminação de uma tríade de choques: a crise

da dívida soberana (que desvalorizou activos e cortou o funding externo), a retração macroeconómica (que deteriorou a qualidade da carteira de crédito) e uma potencial crise de confiança interna.

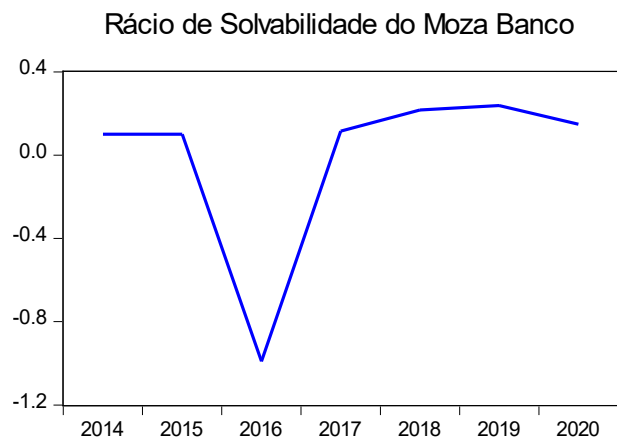


Gráfico 5. Trajetórias temporais do Rácio de Solvabilidade do Moza Banco

A recuperação em “V” a partir de 2017 é o sinal gráfico mais claro da intervenção de recapitalização. No entanto, a sua morfologia é reveladora. A recuperação é rápida, mas incompleta e volátil, não regressando aos patamares pré-2015 e apresentando uma nova inflexão negativa em 2020. Isto sugere que a intervenção sanou o buraco patrimonial imediato, mas não resolveu integralmente os problemas subjacentes do balanço, nomeadamente um volume persistente de activos não produtivos (NPLs). Bancos com elevados NPLs, mesmo após recapitalização, permanecem *funcionalmente fracos*, com capacidade limitada para gerar lucros e capital orgânico, e mantêm-se vulneráveis a novos choques (Brei et al., 2020). A queda de 2020, ainda que modesta, é um teste de stress natural que comprova esta fragilidade residual.

**b) O indicador do sistema financeiro (resiliência sistémica)**

Segundo o Gráfico 11, a trajetória ascendente e robusta do indicador do sistema financeiro a partir de 2017 apresenta um aparente paradoxo: *“como pode o sistema fortalecer-se precisamente quando um dos seus principais bancos entra em colapso?”* A explicação reside em dois mecanismos inter-relacionados. Primeiro, trata-se de uma resposta regulatória e macroprudencial proativa. O choque de 6 funcionou como um alerta para o regulador (Banco de Moçambique), que, em linha com as recomendações pós-crise de Basileia III, procedeu ao aumento generalizado dos requisitos de capital e de liquidez para todo o sistema (BCBS, 2017). Esta elevação dos padrões, visando construir buffers anticíclicos, se reflete na melhoria do indicador agregado.

Sistema Financeiro

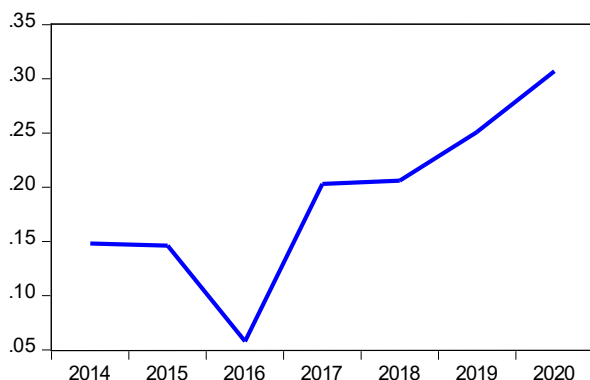


Gráfico 6. Trajetórias temporais do indicador agregado do Sistema Financeiro

Segundo o Gráfico 6, verifica-se um fenómeno de seleção de mercado e de fuga para a qualidade (flight to quality). A crise do Moza Banco provavelmente desencadeou uma migração de depósitos e de activos para instituições percecionadas como mais sólidas. Esta realocação, conjugada com uma possível retracção creditícia mais acentuada nos

bancos mais fracos, pode ter melhorado, expost, os rácios médios de capitalização do sistema. Como argumentam Claessens & van Horen (2015), crises bancárias podem, paradoxalmente, levar a uma reestruturação do sistema que resulta em bancos sobreviventes mais fortes, ainda que a um custo macroeconómico elevado no curto prazo. A divergência crescente entre a linha do sistema e a do Moza Banco, a partir de 2017, é a manifestação gráfica deste processo de diferenciação e consolidação pós-crise.

c) A taxa de crescimento do pib vs desconexão com a estabilização financeira

A trajetória do PIB é a que oferece a leitura mais desafiante para a hipótese de um impacto positivo directo da recapitalização (Gráfico 12). Em vez de uma recuperação sincronizada com a dos indicadores bancários a partir de 2017, observa-se uma tendência secular de desaceleração, com uma ligeira recuperação em 2017-18 seguida de uma nova queda. Esta desconexão é fundamental para a tese. Ela sugere que os canais de transmissão da estabilidade financeira para o crescimento real estavam bloqueados ou severamente enfraquecidos. O canal do crédito pode ter falhado porque: (i) os bancos, incluindo os recapitalizados, priorizaram a reparação dos seus balanços (desalavancagem) em relação à expansão de novos empréstimos; (ii) a procura de crédito por parte de empresas e famílias estava deprimida devido à incerteza macroeconómica e ao endividamento pré-existente (Borio, 2014).

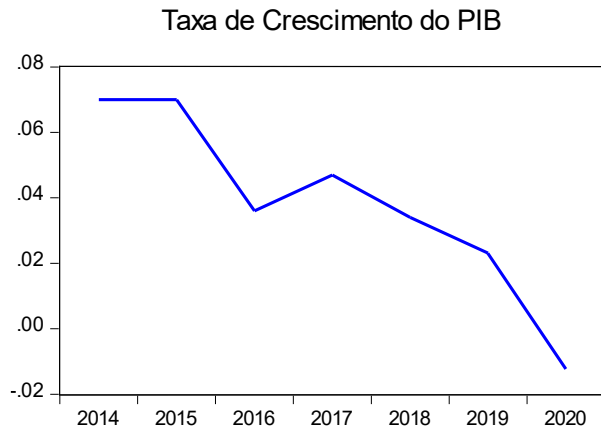


Gráfico 11. Trajetórias temporais da taxa de crescimento do PIB

De acordo com o Gráfico 11, o principal impacto macroeconómico da recapitalização pode, consequentemente, não ter sido promover o crescimento, mas sim impedir uma contracção ainda mais profunda. Ao evitar o colapso desordenado de um banco sistémico e um potencial contágio em cadeia, a intervenção estabilizou o sistema de pagamentos e preveniu uma crise de confiança generalizada que teria levado a uma recessão mais severa e prolongada (Laeven & Valencia, 2020). Nesta perspectiva, o crescimento modesto e volátil pós-2017 pode ser interpretado como um resultado *menos mau* face ao contrafactual catastrófico.

A leitura conjunta das três séries permite avançar com uma interpretação causal em três actos.

- Crise e Intervenção (2016-2017) em que um choque macroeconómico externo (dívida) desencadeia uma crise de solvabilidade num banco importante (Moza), revelando fragilidades microprudenciais. O regulador intervém com uma recapitalização reativa para travar o pânico imediato.
- Estabilização e divergência (2017-2019) em que a recapitalização estabiliza o banco

individual (recuperação parcial e volátil) e permite ao regulador impor um aperto prudencial a todo o sistema (trajetória ascendente robusta). No entanto, a economia real, sobrecarregada pelos desequilíbrios macroeconómicos pré-existentes e pelo hangover da crise da dívida, não responde com vigor, mantendo uma trajetória de fraco crescimento. O canal crédito-colapso foi evitado, mas o canal crédito-crescimento não foi reativado.

- Teste de resistência (2020) em que um novo choque exógeno (COVID-19) é aplicado para avaliar a resiliência do novo equilíbrio. O sistema financeiro agregado mostra solidez, mas o Moza Banco revela uma vulnerabilidade residual, e a economia real, já fraca, entra em estagnação.

Portanto, o impacto na estabilidade bancária foi positivo, direto e crucial. A recapitalização evitou um colapso financeiro desordenado e criou espaço para o reforço prudencial de todo o sistema.

O impacto no crescimento económico foi, no período observado, indirecto, limitado e predominantemente de natureza preventiva. A principal contribuição para o PIB foi evitar uma queda maior, não catalisar uma recuperação robusta. A recapitalização foi uma condição necessária para a estabilização macroeconómica, mas, longe de ser suficiente, não foi suficiente para gerar crescimento sustentado.

A eficácia da recapitalização como política de promoção do crescimento depende do ambiente macroeconómico e institucional mais amplo. Quando implementada num contexto de profundos desequilíbrios macroeconómicos, incerteza e fragilidade da



procura agregada, os seus benefícios ficam confinados à esfera financeira. O caso do Moza Banco confirma a tese de Acharya et al. (2017) de que a resolução bancária é um *jogo a dois tempos*, em que, primeiro, se trava o pânico (o que foi conseguido); segundo, se restaura a alocação eficiente de crédito (o que permanece um desafio). O sucesso pleno da intervenção só será avaliado quando, e se, a trajetória do PIB se desacoplar positivamente da frágil trajetória do banco individual e convergir com a robustez do sistema.

6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A investigação permite concluir que o impacto foi duplo e assimétrico. A recapitalização foi um sucesso microprudencial incontestável. Ela atuou como um estabilizador de crise aguda, revertendo uma situação de insolvência técnica profunda e restaurando imediatamente os indicadores de capital e de solvabilidade do Moza Banco a níveis regulatórios adequados. Adicionalmente, contribuiu para a estabilização sistémica ao travar o ciclo vicioso de *fuga para a qualidade* nos depósitos, evidenciado pela normalização dos índices de concentração do mercado de funding após a intervenção. Neste sentido, a intervenção preveniu um colapso desordenado com potencial de contágio, cumprindo o seu papel primordial como política de resolução bancária. Não se verificou uma transmissão robusta e imediata da estabilização financeira para a esfera macroeconómica real. A análise revelou uma clara divergência de trajetórias: uma recuperação vigorosa dos indicadores do banco contrastou com uma tendência de estagnação e, posteriormente, de declínio do

crescimento do PIB após 2017. Os canais tradicionais de transmissão, especialmente o canal do crédito, mostraram-se bloqueados ou sobrepujados por outros factores. O principal impacto macroeconómico foi, portanto, de natureza preventiva e estabilizadora, e não promotora. A recapitalização resolveu eficazmente a emergência financeira, criando uma condição necessária para a recuperação económica, mas revelou-se insuficiente, por si só, para funcionar como um motor de crescimento num contexto marcado por fragilidades macroeconómicas estruturais.

- ✓ Recomenda-se que o Banco de Moçambique intensifique a supervisão baseada em riscos, com especial foco na qualidade dos ativos (NPLs), na concentração de exposições e na robustez dos modelos internos. A implementação de stress tests macroprudenciais regulares e credíveis pode permitir a deteção precoce de vulnerabilidades e a aplicação atempada de medidas preventivas, evitando a necessidade de intervenções reativas e custosas no futuro.
- ✓ A recapitalização trata o sintoma (falta de capital), mas pode não curar a doença (má qualidade dos activos). Para que um banco recapitalizado retome plenamente sua função de intermediação creditícia, é imperativo que a intervenção seja acompanhada de um plano agressivo de limpeza do balanço.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abaidoo, R., & Agyapong, E. K. (2025). Financial stability and macroeconomic risk: An outlook from emerging economies. *International Journal of Economic Policy in Emerging Economies*, 22(3/4), 334–354. <https://doi.org/10.1504/ijepee.2025.148865>
- Acordo de Basileia I (2008). *Rácios prudenciais dos bancos comerciais*. Editora Atlas.

- Migueias, A. & Elves, M. (2026). *Impacto da recapitalização do sistema bancário no crescimento económico de Moçambique: análise comparativa e correlacional de indicadores bancários: o caso do Moza Banco (2014-2020)*
- Acordo de Basileia II. (2012). *Principais Alterações da Análise dos Ratios Prudenciais*. Editora Atlas.
- Acordo de Basileia III. (2014). *Principais Alterações da Análise dos Ratios Prudenciais*. Editora Atlas.
- Acemoglu, D., & Robinson, J. A. (2012). *Why Nations Fail: The Origins of Power, Prosperity, and Poverty*. Crown Publishing Group.
- Adam, M., & Goyal, V. (2020). *Financial sector development in Mozambique: Achievements and challenges* (International Monetary Fund Country Report No. 20/196). International Monetary Fund. <https://www.imf.org/en/Publications/CR/Issues/2020/07/02/Mozambique-Financial-Sector-Assessment-Program-Technical-Note-on-Financial-Sector-49606>
- Admati, A., & Hellwig, M. (2013). *The bankers' new clothes: What's wrong with banking and what to do about it*. Princeton University Press. <https://press.princeton.edu/books/hardcover/9780691156842/the-bankers-new-clothes>
- Adegboye, A. C., Ojo, J. A., & Ogunjobi, O. J. (2020). Bank recapitalization and economic growth in Nigeria: An empirical investigation. *Banks and Bank Systems*, 15(3), 1–12. [https://doi.org/10.21511/bbs.15\(3\).2020.01](https://doi.org/10.21511/bbs.15(3).2020.01)
- Afonso, M. (2010). *O papel do Banco Central em Portugal*. Editora Académica.
- Agência Lusa. (2017, [data específica se disponível]). Recapitalização do Moza Banco. *Agência Lusa*.
- Aghion, P., Bolton, P., & Fries, S. (1999). Optimal design of bank bailouts: The case of transition economies. *Journal of Institutional and Theoretical Economics*, 155(1), 51–70.
- Alonso-Álvarez, I., & Molina, L. (2023). How to foresee crises? A new synthetic index of vulnerabilities for emerging economies. *Economic Modeling*, 125, 106304. <https://doi.org/10.1016/j.econmod.2023.106304>
- Angrist, J. D., & Pischke, J. S. (2015). *Mastering metrics: The path from cause to effect*. Princeton University Press.
- Arcand, J.-L., Berkes, E., & Panizza, U. (2015). Too much finance? *Journal of Economic Growth*, 20(2), 105–148. <https://doi.org/10.1007/s10887-015-9115-2>
- Aslan, A., Gozbasi, O., Altinoz, B., & Altuntas, M. (2021). Impact of financial development and economic growth on energy consumption: A panel vector autoregressive analysis comparing the G7 and the top 10 emerging market economies. *Energy & Environment*, 32(7), 1315–1330. <https://doi.org/10.1177/0958305X211004113>
- Associação Moçambicana de Bancos. (2016a). *Newsletter da Associação Moçambicana de Bancos*.
- Associação Moçambicana de Bancos. (2016b). *Pesquisa sobre o sector bancário em Moçambique*.
- Avisos do Banco de Moçambique. (2015). *Indicadores Prudências Bancários*.
- Avisos do Banco de Moçambique. (2016). *Indicadores Prudências Bancários*.
- Banco de Moçambique. (1992). *Lei nº. 01/92 – Lei Orgânica do Banco de Moçambique*.
- Banco de Moçambique. (1999). *Lei nº 15/99, que regula o funcionamento das instituições financeiras e das sociedades de crédito*.
- Banco de Moçambique. (2015). *Relatório e Contas do Banco de Moçambique*.
- Banco de Moçambique. (2016a). *Estratégia Nacional de Inclusão Financeira 2016-2022*.
- Banco de Moçambique. (2016b). *Relatório e Contas do Banco de Moçambique*.
- Banco de Moçambique. (2017). *Relatório e Contas do Banco de Moçambique*.
- Banco de Moçambique. (2018). *Relatório anual de 2017*. <https://www.bancomoc.mz/pt/instituicao/publicacoes/relatorios-anuais/>
- Banco de Moçambique. (2021). *Relatório Anual 2020*.